

MANIFESTO CONTRA O AUMENTO DO PIS/COFINS

A PROPOSTA DE REFORMA DO PIS/COFINS REPRESENTA AUMENTO DO DESEMPREGO!

Para o país voltar a crescer, é preciso eliminar logo essa ameaça de aumento de impostos.

CENÁRIO DE RECESSÃO - No atual cenário de recessão, elevar a já sufocante carga tributária seria mais um duro golpe em quem produz, **atingindo empresas, investimentos, consumidores e, principalmente, os empregos**. A anunciada proposta de Reforma do PIS/COFINS, em discussão desde julho de 2015, representa exatamente isso, um **pesado aumento de impostos para setores intensivos em mão-de-obra**.

A base da proposta, de conhecimento público, pretende **tornar obrigatório** para empresas com faturamento acima de R\$3,6 milhões o regime “não cumulativo”. Seria aplicada uma alíquota de 9,25%, decorrente da unificação das duas contribuições, e realizado o abatimento de eventuais créditos de PIS/COFINS.

Além de ampliar a burocracia para apuração desses impostos, a medida elevaria absurdamente a carga tributária sobre setores e empresas que recolhem pelo regime “cumulativo”, pagando uma alíquota fixa de 3,65% do faturamento.

SETORES DE SERVIÇOS SERIAM OS MAIS PREJUDICADOS - As atividades de Serviços, intensivas em mão de obra, possuem poucos créditos de PIS/COFINS para serem compensados, podendo ter elevação para algo entre 6% e 9,25% do seu faturamento. Ou seja, **os aumentos de tributos podem ser de mais de 5% do valor da Nota Fiscal!** O custo com o PIS/COFINS subiria, em média, 104% para setores estudados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

O discurso é de neutralidade na arrecadação a partir da mudança. Entretanto, quando se observa individualmente os setores, **não existe qualquer chance de neutralidade. Quem emprega mais, perde mais com a proposta de Reforma**.

Além disso, a proposta traz mudanças que eliminam estímulos à aquisição de produtos e serviços de micro, pequenas e médias empresas de todos os setores, enquadradas no regime do Simples ou do Lucro Presumido. Diante disso, as empresas com algum benefício com essa “Reforma Tributária” representam menos de 3% do total de empresas, enquanto as demais **97% das empresas poderiam ser prejudicadas, de forma bastante severa em muitos casos**.

MAIS DE 20 MILHÕES DE EMPREGOS SOB AMEAÇA - Essa mudança inviabilizaria milhares de empresas e aceleraria o desemprego. São mais de 20 milhões de trabalhadores formais em empresas afetadas negativamente. Um risco, especialmente na atual conjuntura econômica. A previsão do IBPT é de uma **perda de mais 2 milhões de empregos**.

A mudança prejudicaria os esforços de combate à inflação no Brasil. Isso significa que a **saúde vai ficar mais cara, bem como a educação, as passagens, a internet, a vigilância, e mais um grande conjunto de serviços consumidos pela população e utilizados pelas empresas**. Até o preço para adquirir uma **casa própria** irá subir.

DIFÍCULDADES ADICIONAIS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS - A proposta de Reforma do PIS/COFINS também **impactaria negativamente a gestão fiscal de Estados e Municípios**, que teriam elevação expressiva de custos, em um contexto de forte crise. De um lado, pagariam mais pela contratação de obras e serviços em geral. Também haveria elevação de custos com serviços públicos de Saúde e Educação, em razão da saída de usuários da rede privada, e de Segurança Pública. Haveria ainda perda de arrecadação com impostos e aumento do já alarmante quadro de desemprego.

Não há dúvidas sobre a necessidade de uma reforma tributária no país, que torne o ambiente de negócios menos burocrático e mais fértil. Entretanto, a proposta de Reforma do PIS/COFINS que se vislumbra vai em sentido oposto e não entrega as prometidas “simplificação” e “neutralidade”, afundando ainda mais o Brasil na **perversa dinâmica de aumento de carga tributária e do desemprego. Esse modelo está esgotado**

Diante disso, entidades de **diversos setores produtivos e de classes profissionais** estão mobilizadas para conscientizar a população e toda a classe política acerca do tema. **Vamos evitar que propostas inapropriadas causem um severo prejuízo ao desenvolvimento do nosso país.** É necessário que o **Governo sinalize com urgência a retirada dessa proposta do cenário**, afastando essa ameaça que gera grande insegurança para os negócios e os planos de investimentos privados, com prejuízos sobre a retomada do emprego.

O País conta com seu apoio!